

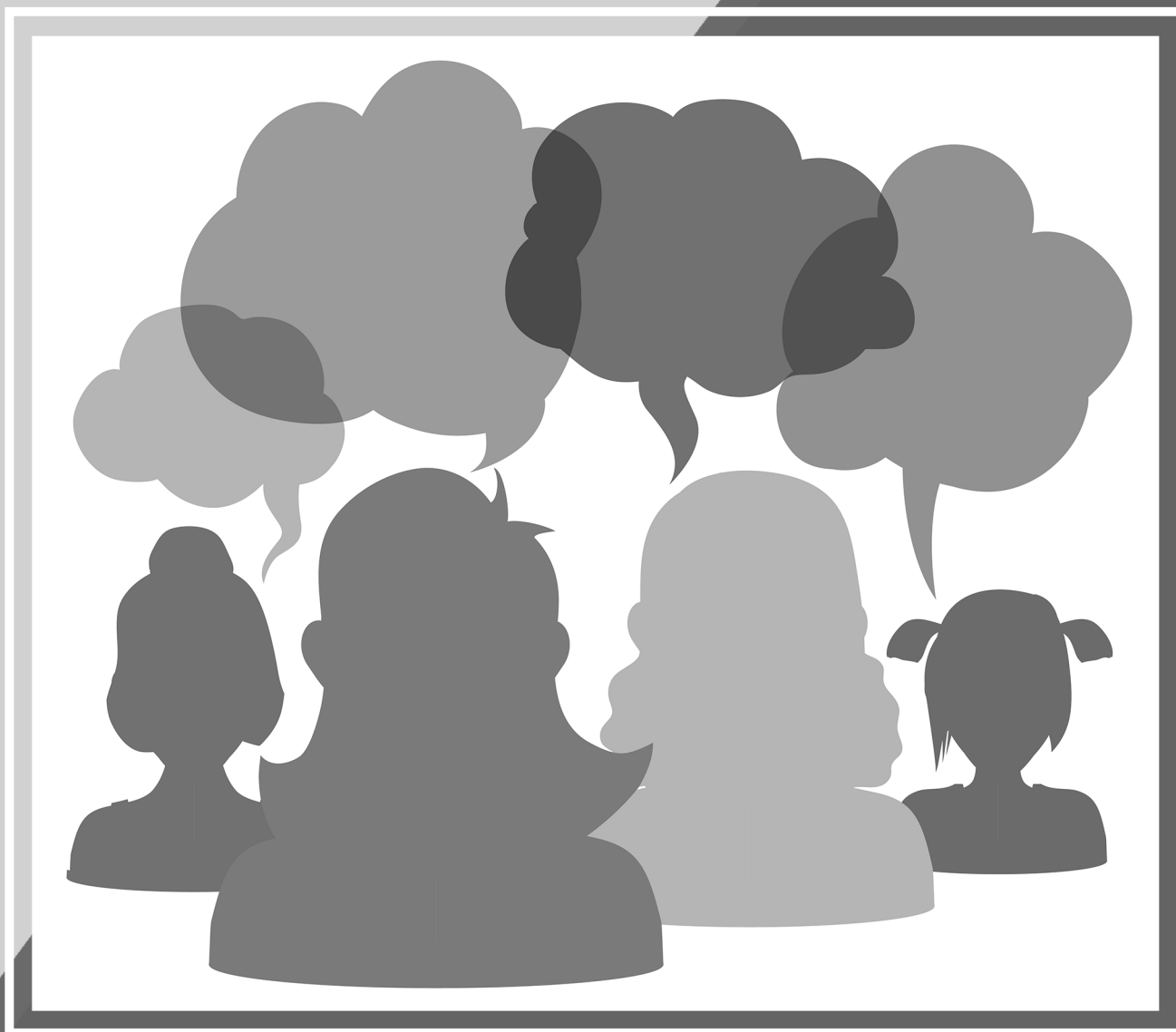
História: Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História:

Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 /
Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra
Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos noventa, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro
Antonio Gasparetto Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
Antonio Martins Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.0232011021	
CAPÍTULO 2	14
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
Valéria Silva Melo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0232011022	
CAPÍTULO 3	31
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
Frederik Luiz Andrade de Matos Osimar da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0232011023	
CAPÍTULO 4	46
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori	
DOI 10.22533/at.ed.0232011024	
CAPÍTULO 5	60
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0232011025	
CAPÍTULO 6	71
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPERIO DO BRAZIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
Paulo de Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0232011026	
CAPÍTULO 7	84
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
Elton Larry Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.0232011027	

CAPÍTULO 8	99
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0232011028	
CAPÍTULO 9	114
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0232011029	
CAPÍTULO 10	127
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110210	
CAPÍTULO 11	138
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
José Alberto Nascimento de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.02320110211	
CAPÍTULO 12	148
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
Sandoval José dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110212	
CAPÍTULO 13	161
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110213	
CAPÍTULO 14	174
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
Antonio Gasparetto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.02320110214	
CAPÍTULO 15	185
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
Vinicius de Carvalho Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02320110215	

CAPÍTULO 16	195
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
DOI 10.22533/at.ed.02320110216	
CAPÍTULO 17	210
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110217	
CAPÍTULO 18	224
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.02320110218	
CAPÍTULO 19	238
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior	
Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.02320110219	
CAPÍTULO 20	252
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
DOI 10.22533/at.ed.02320110220	
CAPÍTULO 21	267
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.02320110221	
CAPÍTULO 22	281
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110222	
CAPÍTULO 23	295
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.02320110223	

CAPÍTULO 24	308
A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.02320110224	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	325
ÍNDICE REMISSIVO	326

A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX

Data de aceite: 28/01/2020

Francivaldo Alves Nunes

Universidade Federal do Pará, Faculdade de História
Ananindeua – Pará

* Texto inicialmente apresentado no 30º *Simpósio Nacional de História* com o título “Sociedade Agrícola Paraense: De conselheira provincial à propagadora da ciência agrônômica, século XIX”, realizado entre os dias 15 a 19 de julho de 2019, em Recife-Pernambuco. Esta versão aqui apresentada foi revisada e ampliada.

RESUMO: Em 1885, segmentos de proprietários rurais da província do Pará criaram a Sociedade Agrícola Paraense (SAP), justificada como ação necessária para promover os melhoramentos e benefícios da lavoura. No discurso fundador da nova sociedade ficavam evidenciados os interesses de seus idealizadores que apontavam para a falta de capitais, necessidade de braços suficientes para produção, educação profissional como ainda não presente entre os agricultores, melhoramento dos portos de embarque e desembarque de produtos no interior da província, aumento da navegação a vapor, facilidade na importação de aparelhos e instrumentos agrícolas que pudessem aumentar as forças produtivas e melhorar a qualidade dos produtos que estavam ainda desconhecidos, combate as enfermidades que atacavam as

populações agrícolas e o abuso do comércio ambulante, que não produziam as rendas para o tesouro público. Neste contexto, procuramos analisar os principais debates em torno da criação do SAP e publicados no periódico da entidade, *O Agrário*. Convencionalmente, tratava-se de organizações que ficaram conhecidas como sociedades auxiliaadoras, isto por que se entendia que ao governo era concebida a atribuição de tutelar a todos os interesses sociais considerados legítimos, incluindo assim a agricultura. No entanto, embora a administração pública tivesse a obrigação de desenvolver meios que facilitassem a prática agrícola, esta necessitaria do apoio do que chamavam de cidadãos preocupados com o progresso do país, assim como das provocações e da iniciativa dos interessados em promover a lavoura. Sendo assim, auxiliar a agricultura para os proprietários de terra significava muito mais que promover o benefício de suas propriedades, mas também assegurar uma produção baseada em estudos científicos, modernos e que tivesse como perspectiva o progresso do setor agrário. Era nesse princípio, portanto, que se justificavam, ideologicamente, as sociedades agrícolas e apontava a ausência dessas entidades como também um dos males a que sofria a agricultura. Ao que se observa, a SAP será compreendida como conselheira da administração provincial, como defensora do

incremento de novas técnicas ao cultivo e a propagação de conhecimentos científicos e úteis, ou ainda como defensora de que a modernização da província dependia da implementação desses novos saberes técnicos pelos fazendeiros e agricultores.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Agrícola; Amazônia; Século XIX.

THE PARAENSE AGRICULTURAL SOCIETY AND THE OFFICES OF THE PROVINCIAL COUNCILOR AND PROPAGATOR OF AGRONOMIC SCIENCE IN THE NINETEEN CENTURY

ABSTRACT: In 1885, segments of rural landowners in the province of Pará created the Paraense Agricultural Society (SAP), justified as a necessary action to promote crop improvements and benefits. The founding discourse of the new society showed the interests of its creators who pointed to the lack of capital, the need for sufficient arms for production, professional education as not yet present among farmers, improvement of ports of embarkation and disembarkation of products within the region. provinces, increased steam navigation, ease of importation of agricultural apparatus and instruments that could increase productive forces and improve the quality of products that were still unknown, combat the diseases that attacked agricultural populations and the abuse of street commerce, which was not they produced the rents for the public treasury. In this context, we seek to analyze the main debates surrounding the creation of SAP and published in the journal of the entity, The Agrarian. Conventionally, these were organizations that became known as auxiliary societies, because it was understood that the government was conceived to assign the protection of all social interests considered legitimate, including agriculture. However, while the public administration had an obligation to develop means to facilitate agricultural practice, it would need the support of what they called citizens concerned about the country's progress, as well as the provocations and initiative of those interested in promoting farming. Thus, assisting agriculture for landowners meant much more than promoting the benefit of their property, but also ensuring production based on scientific, modern studies that had the prospect of progress in the agrarian sector. It was on this principle, therefore, that agricultural societies were ideologically justified and pointed to the absence of such entities as also one of the evils suffered by agriculture. As it turns out, SAP will be understood as an advisor to the provincial administration, as an advocate of increasing new cultivation techniques and the spread of useful scientific knowledge, or as an advocate that the modernization of the province depended on the implementation of this new technical knowledge. by farmers and farmers.

KEYWORDS: Agricultural Society; Amazon; XIX century

A SOCIEDADE AGRÍCOLA E O CONTEXTO DE SUA FUNDAÇÃO

Na manhã de 25 de junho de 1885, às 9 horas para sermos mais precisos, reuniram na sala da Praça do Comércio em Belém, capital da província do Pará,

agricultores, comerciantes, intelectuais, políticos e militares, com o propósito de criar a Sociedade Agrícola Paraense (SAP). O ato de fundação e organização desta entidade se justificaria como ação necessária para promover os melhoramentos e benefícios da lavoura, ou como dizia um de seus fundadores, o Barão de Igarapé-Miri, proprietário de terras e engenho no Pará, “tratava-se de uma sociedade cujo fim era promover o bem da agricultura na província e reconhecer que esta era a fonte principal da riqueza pública” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01).

Achavam-se reunidos a convite do próprio Barão de Igarapé-Miri, os senhores Dr. Joaquim Gomes do Amaral, João Alvares Lobo, coronel José Evangelista de Faria Maciel, Bernardo Gomes do Amaral, Major Antônio Monteiro Baena, Dr. Antonio Joaquim d’Oliveira Campos, Francisco Gregório de Oliveira, José Soutello, Bartolomeu Dias Guerreiro, Francisco Armando de Oliveira, Maximiano Rodrigues da Silva, Francisco de Abreu Cunha Junior, Antônio Mendes Pereira, major Luiz Eduardo de Carvalho, Dr. Hildebrando Barjona de Miranda, José Borges Machado, Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Dr. Ignácio Loyola Virgolino e Dr. Acatauassú Nunes, que foram arrolados como fundadores e principais interessados na criação da nova sociedade. Na ocasião, o Barão de Igarapé-Miri foi escolhido como presidente, o Major Luiz Eduardo de Carvalho vice, o Major Antônio Baena como tesoureiro e Hildebrando Barjona de Miranda e João Alvares Lobo, secretários.

No discurso fundador da nova sociedade ficavam evidenciados os interesses de seus idealizadores. Apontavam para a falta de capitais, necessidade de braços suficientes para produção, educação profissional como ainda não presente entre os agricultores, melhoramento dos portos de embarque e desembarque de produtos no interior da província, aumento da navegação a vapor, facilidade na importação de aparelhos e instrumentos agrícolas que pudessem aumentar as forças produtivas e melhorar a qualidade dos produtos que estavam ainda desconhecidos, combate as enfermidades que atacavam as populações agrícolas e o abuso do comércio ambulante, ou de regatão, que, “se por um lado oferecia a vantagem de levar a cada lavrador as vitualhas de que carecia, por outro servia de parasita que sugava a seiva” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01).

A reflexão anterior fazia-se referência ao que Siméia Lopes (2002, p. 75) identificou, do ponto de vista dos interesses das autoridades provinciais, como comércio clandestino na Amazônia. Nestes registros defendia-se o fim das atividades comerciais desenvolvidas pelos regatões em regiões onde a fiscalização do governo não tinha livre acesso. No caso, tratava-se do comércio realizado por comerciantes itinerantes não registrados pelo fisco e que negociavam seus produtos em pequenas canoas ou em outros tipos de embarcações pelos rios da Amazônia, abastecendo-as nos portos de Belém e vendendo suas mercadorias em diversas localidades.

Convencionalmente, estas organizações de proprietários rurais ficaram

conhecidas como *sociedades auxiliaadoras*, isto por que se entendia que ao governo era concebida a atribuição de tutelar a todos os interesses sociais considerados legítimos, incluindo assim a agricultura. No entanto, embora a administração pública tivesse a obrigação de desenvolver meios que facilitassem a prática agrícola, esta necessitaria do apoio do que chamavam de cidadãos preocupados com o progresso do país, assim como das provocações e da iniciativa dos interessados em promover a lavoura. Sendo assim, auxiliar a agricultura para os proprietários de terra significava muito mais que promover o benefício de suas propriedades, mas também assegurar uma produção baseada em estudos científicos, modernos e que tivesse como perspectiva o progresso do setor agrário. Era nesse princípio, portanto, que se justificavam, ideologicamente, as sociedades agrícolas e apontava a ausência dessas entidades como também um dos males a que sofria a agricultura, pois, como destacava Ana Maria de Matos (1996, p. 397) em estudos sobre as sociedades e associações industriais oitocentistas, significava a impossibilidades da “ação de um organismo que velasse pelo bem-estar da lavoura, isto é, que perscrutasse e estudasse as dificuldades em que os agricultores enfrentavam e apontasse como estas seriam superadas”.

A SAP se inspirava em associações anteriormente criadas no Brasil, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), no Rio de Janeiro, proposta em 1816 por Inácio Álvares Pinto de Almeida e inaugurada em 19 de outubro de 1827 (BARRETO, 2008, p. 03), e a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia (SACIB), fundada em 1832 e que reuniam grandes proprietários de terra do que hoje se conhece como Nordeste brasileiro (TOURINHO, 1982, p. 90). De acordo com Patrícia Barreto (2008, p. 02-03) eram entidades de caráter privado que tiveram como propósito estimular o melhoramento da indústria brasileira, entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril, através de uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e as conquistas científicas e tecnológicas, no decorrer do século XIX.

No caso da SAIN, foi criada no espírito da ilustração e era uma comunidade que se propunha ser científica, letrada, de políticos e homens ligados ao mundo dos negócios. Criada na efervescência do processo de independência surgiu, não com o caráter de dissidência ao sistema político e econômico, mas com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país, destacavam seus textos de criação (DOMINGUES, 2001, p. 23). Esta característica, que posicionava essas entidades muito mais para auxiliar as ações do governo do que confrontar as políticas públicas em torno das atividades econômicas do país, conduziu as sociedades agrícolas, motivadas por esse pensamento, a defender a transformação de uma agricultura rotineira, baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna, revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adoção

tecnológica, tropicalização e variedade de culturas (ANDRADE, 2002; PERUGINE, 1978; SILVA, 1979).

CONSELHEIRA DA PROVÍNCIA E PROPAGADORA CIENTÍFICA

No Pará, a recém-fundada sociedade de agricultores assumia algumas dessas atribuições. Quando aprovava o estatuto da entidade, seus idealizadores lembravam a importância da SAIN como órgão representativo dos interesses de agricultores e industriais e que devia servir de referência para o papel e atuação que a nova associação no Pará deveria desempenhar entre os proprietários da província (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01). Esta sociedade buscava se inspirar ainda no que havia feito os comerciantes da praça de Belém, que criaram uma associação comercial com o princípio de ser representativa e promotora de seus interesses junto ao governo (MOURÃO, 1989; CRUZ, 1996).

Ao citar a associação comercial, os idealizadores da SAP destacavam que a necessidade de seguir os propósitos dos comerciantes se justificava, pois estes ao se organizar, buscavam não apenas o auxílio mútuo entre os sócios, mas intervir junto às forças públicas em defesa dos interesses de seus associados e da nação. Estes princípios deviam ser também seguidos pelos agricultores. Não se tratava de criar uma associação opositora, mas que esclarecesse a administração provincial às demandas da agricultura e como o governo poderia se posicionar diante das necessidades dos agricultores. Neste caso, a sociedade reivindicava para si um papel muito mais de conselheira da administração provincial.

Conforme o estatuto da nova sociedade agrícola seria nela admitido como sócio, as pessoas sejam homens ou mulheres, nacionais ou estrangeiros que manifestassem interesse. No entanto, como sócio honorário efetivo somente os agricultores, os demais seriam registrados como auxiliares. Esta hierarquização entre os membros é uma estratégia utilizada para manter a administração sob o controle dos proprietários agrícolas, visto que, os postos administrativos só poderiam ser assumidos por sócios efetivos.

Enquanto órgão representativo dos agricultores, como dizia o regulamento da entidade, a SAP, além de outras atribuições, ficaria responsável em adquirir modelos e catálogos dos instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados ao trabalho da agricultura na província. Nesse caso, se entendia que era necessário que o agricultor ficasse atento as novas técnicas de produção, de forma a adquirir apenas a que fosse necessariamente adaptada as condições de solo e clima da região.

Esse processo de conhecimento e experimentação dessas outras formas de produzir ou de novos implementos, não era uma ação isolada do agricultor, daí a necessidade de que esses produtos fossem expostos aos demais agricultores e aconselhado o seu uso, caso estes oferecessem os êxitos e perspectiva de quem o

adquiriu. Diríamos em outras palavras, que a associação desempenharia o papel de articuladora entre os proprietários de maneira a informar e estimular os agricultores quanto ao uso de novas técnicas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O incremento de novas técnicas ao cultivo e a propagação de conhecimentos científicos e úteis, como condicionantes a existência dessas associações, remetem a revolução científica do século XVII, onde o saber fazer, a técnica, seria então reabilitada, postulando assim o valor da experiência para o conhecimento, ou associando a ciência permanentemente a aplicações práticas na sociedade. Nesse contexto, o conhecimento teria a função de melhorar o mundo social, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das mais variadas técnicas dava, progressivamente, novo status aos que se apropriavam deste conhecimento. O desenvolver da revolução industrial na Inglaterra do século XVIII acelerou e confirmou essa tendência da modernidade, de modo que novas ciências, com caráter expressamente técnico, puderam se afirmar em meio às classes intelectuais, como a agronomia, diretamente relacionada com atividades produtivas e as práticas rurais (ROSSI, 1989).

A modernização da província, conforme destacava a SAP, dependia da implementação desses novos saberes técnicos pelos fazendeiros e agricultores. Como instituições que se consideravam promotoras do desenvolvimento material do país, dado através da propagação de conhecimentos científicos e úteis, estas associações entendiam que o uso de modernas formas de produção é o que permitiria a melhoria da qualidade dos produtos, fazendo com que se alcançassem índices de comercialização semelhantes ou superiores aos dos países mais ricos.

Imbuídos desses princípios, levar para interior das áreas rurais do Pará a ordem e os avanços dos métodos de produção, tinha um significado ainda maior, o de propugnar uma missão civilizadora. Nesse processo de civilização era necessário considerar que as possibilidades de inovação da agricultura brasileira também dependiam, necessariamente, da atuação dos agricultores na adoção dessas novas técnicas. Esta tarefa, a que também se submetia a sociedade agrícola, era convencer os agricultores de que a adoção desses métodos permitiria maior produção, aproveitamento da terra e melhores produtos.

É, portanto, nestas condições que o surgimento das sociedades de agricultores se associa à aspiração de que o desenvolvimento econômico depende da instituição de modernas técnicas, sendo que estas instituições funcionariam como espaços de organização e divulgação desses novos princípios tecnológicos. Isto explica a crença no seu próprio poder de acelerar o desenvolvimento material e social dos homens. Assim, todos os problemas sociais, como a má produção da agricultura ou as crises de abastecimento, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas.

Os membros destas associações tinham, portanto, a incumbência de

projetar e operacionalizar a civilização dos costumes agrícolas por intermédio da modernização do cultivo, ou seja, as discussões relacionadas à temática agrícola ficaram circunscritas ao aperfeiçoamento das técnicas de plantio e o tratamento dos produtos colhidos. Não se propondo um modelo reformador da estrutura agrária, estas associações serviam, ao estarem dispostas apenas a defesa e difusão de métodos modernos de cultivo, adubação e criação, para breçar ações de reforma na estrutura agrária ou mudanças no processo de apropriação das terras, relação de trabalho e distribuição das riquezas desenvolvidas nestas áreas rurais.

De acordo com Inoã Urbinati (2008), ideias e projetos de reforma agrária foram esboçados ao longo das últimas décadas da Monarquia, quando o processo de desagregação da escravidão se intensificou. Paralelamente ao progressivo declínio do regime monárquico, uma série de questões passaria a emergir com mais intensidade, como a substituição da mão de obra escrava pela livre, o aproveitamento ou não do trabalhador nacional, a imigração, criação ou não de impostos territoriais, instituição de colônias agrícolas e pequenas propriedades.

Os proprietários rurais, desejando melhorar o seu sistema de produção e auferir maiores lucros, assim como dispostos a manter as suas terras e o controle sobre a mão de obra, procuravam essas sociedades. Em outras palavras, era necessário fazer com que os agricultores se unissem e criassem grupos ou associações para discutir e propor soluções relacionadas aos problemas da agricultura nacional, sem que esses debates fossem conduzidos a qualquer alteração na estrutura fundiária. Como observa Fernando Lourenço (2001, p. 12), era necessário que a *questão agrícola*, associada a um movimento reformador das técnicas de plantio, se sobrepusesse a *questão agrária*, que dizia respeito ao processo de apropriação e uso das terras e mão de obra. As associações, ao que tudo indica, desempenhariam um importante papel nesta hierarquização, que apontava as técnicas como mais significativas que a estrutura agrária.

Outras questões mais específicas, não menos importante, passaram a ser definidas como atribuição da SAP. Conforme seus idealizadores, esta deveria montar nos subúrbios da capital e cidades mais desenvolvidas da província, logo que permitissem as suas finanças, estabelecimentos práticos de agricultura para serem neles admitidos meninos pobres pertencentes às famílias agrícolas. A ideia era que se criassem, nestes locais, as condições para aclimatação de espécies, gerassem produtos com maior potencial econômico no comércio, servisse para a experimentação de novas práticas de cultivo que aperfeiçoasse as formas de plantio até então desenvolvidas na província e ainda “se ensinasse o uso dos mais modernos implementos agrícolas desenvolvidos nos centros mais avançados de produção” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01). Assim, a sociedade paraense também se aproximava de outras entidades fundadas anteriormente na Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio

de Janeiro, nas quais um dos compromissos era a criação de escolas normais de agricultura.

Diligenciar a criação de um banco rural era também uma das questões a que se propunham esses agricultores. Retomando antigas discussões que permearam a defesa da implantação de instituições de crédito agrícola. A ideia era que a instituição financeira fornecesse a agricultura, por empréstimos, capitais a módicos juros e longo prazo, uma vez que entendiam, que a forma como eram financiados as melhorias das propriedades rurais condicionava os proprietários a manter permanente débito com essas instituições.

Do mesmo modo, cuidar da introdução de braços, não apenas possibilitando o financiamento da imigração de colonos, mas também dividindo essa tarefa com os poderes públicos era outra questão a que se propunha a SAP. Somava-se ainda a necessidade de representar o mau estado de salubridade dos distritos rurais e solicitar das autoridades competentes os socorros devidos; prestar aos lavradores “auxílio e coadjuvação contra os males que afetasse ou embaraçasse no trabalho da profissão”, representando e requerendo em favor deles e de seus legítimos interesse; relacionar-se e corresponder-se com os agricultores da província, diretamente ou por meio de prepostos que residissem nas principais localidades do interior, convidando-os a associarem e prestando informações dos serviços da sociedade.

O AGRÁRIO - ÓRGÃO NOTICIOSO AGRÍCOLA, ENTRE OUTRAS LEITURAS

Sobre a questão que envolve a prestação de serviço da SAP, em que o aspecto informativo toma uma dimensão importante entre os agricultores, é que se propõe a criação de um periódico, *O Agrário*. Este jornal, que segundo o Barão de Igarapé-Miri deveria facilitar a comunicação entre os agricultores, se propunha a estabelecer uma comunicação com outros jornais agrícolas do país, de forma a publicar artigos de interesses dos agricultores (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 02). Neste aspecto, se entendia que a implantação desse periódico e as informações postadas e de utilidade dos agricultores poderia acelerar o desenvolvimento material e social das áreas rurais. Assim, os problemas sociais, como a má produção da agricultura ou as crises de abastecimento, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas contidas e explicadas nesses jornais. Por isso, os periódicos agrícolas, bem como os demais textos de divulgação científica, literária e política, tinham também uma função de instruir os homens no que se identifica, para justificar a circulação desses jornais, de conhecimento racional e o conseqüente progresso produtivo.

De fato, através de uma série de reportagens tiradas de outros jornais, buscava fornecer aos agricultores provinciais “o que de mais moderno havia se criado”, como

o caso da teoria da drenagem e da irrigação, “consideradas as mais reputadas das operações da engenharia agrícola”, ou ainda “os novos métodos de cultivo e preparo do tabaco amarelo, cultivados na Virgínia e com maior valor do que o fumo brasileiro”. Estas informações eram ainda acompanhadas de uma série de anúncios, a exemplo da divulgação de produtos de combate a pragas e insetos, como o “formicida Guanabara” ou o “Exterminador da Saúva”, considerado o mais eficaz destruidor de formigueiros que se encontrava naquele momento e que estava sendo comercializado no escritório de Cunha Sá & Companhia, na rua 1º de março nº 107, parte comercial de Belém (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 02).

Ainda no campo das informações que deveriam ser oferecidas aos agricultores, ressaltava “a aquisição de modelos e catálogos dos instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados aos trabalhadores agrícolas, pondo-os em exposição ou divulgando parte dos conteúdos desses catálogos no jornal da sociedade” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 03). Defendia-se assim a aquisição de algumas literaturas a serem compartilhadas entre os proprietários, como por exemplo: “Memória sobre a lavoura do cacau”, do Dr. J. R. de Souza, “Cabras de Caxemira, e de Angola, alpaca e seus congêneres”, “Relatório sobre a exposição universal de Philadelphia em 1876”, do Dr. Saldanha da Gama, “Colônia Orfanológica de São Paulo das Cachoeiras”, “Fundação da Escola Rural D. Pedro II na Província do Pará”, “Esboço de um manual para fazendeiro de assucar do Brasil”, “Os engenhos centrais”, “Informações sobre as comarcas da província do Pará”, “Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas”, “Informações sobre a posição commercial dos produtos do Brasil, nas praças estrangeiras”, entre muitos outros (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

A ideia era formar em algumas cidades da província gabinetes de leitura que facilitasse a divulgação dos conhecimentos técnicos entre os associados. Constituído por obras oferecidas por sócios, quer fossem de sua autoria ou não, por ofertas de sociedades congêneres e pela compra das obras que não possuíam e consideravam fundamentais, estes gabinetes, de fato, poderiam oferecer importantes informações. No entanto, esta facilidade de informação abrangeu apenas os sócios sediados em Belém, isto por que se têm o registro apenas da implantação do gabinete de leitura situado na sede da associação, localizado na Rua Santo Antonio, nº 44, centro de comércio da capital do Pará. Os demais sócios contentavam-se com a recepção de publicações da sociedade e, eventualmente, com a assinatura de um ou outro periódico.

Fábio dos Reis (2010, p. 59) identifica no século XIX uma série de publicações direcionadas aos proprietários rurais e que poderiam está abastecendo as bibliotecas das associações de agricultores do país. Destas obras destacava-se: *Ensaio sobre o fabrico do assucar*, de Miguel Calmon Pin e Almeida, e de publicação inaugural datada de 1834; *Manual do Agricultor Brasileiro, obra indispensável a todo senhor de*

engenho, de Carlos Augusto Taunay e publicado primeiramente em 1837; *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizados as necessidades médicas*, de Jean Baptiste Imbert, de 1839; *Ideias sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*, de Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, de 1855; *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios*, de Antonio Caetano da Fonseca, de 1863; *Esboço de manual de agricultura campista*, de Jerônimo Pereira Pinto, de 1869; *Memória sobre agricultura no Brasil*, de Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, de 1870; *Manual de Agricultura Nacional*, de André Pinto Rebouças, de 1883; e *Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*, de José Coelho Rodrigues, de 1884.

Literaturas como *Relatório apresentado ao diretor-geral dos correios do Império pelo administrador do Pará*, *Exposition des produits de l'industrie de toutes les nations*, *Theses sobre colonização do Brasil*, *Relatório geral da exposição nacional de 1861*, *Documentos officiaes relativos à exposição nacional de 1861*, *Atlas do relatório na exposição internacional de 1862*, *Pequeno tratado da fabricação do assucar*, *Discussão sobre a empresa assucareira do Gram-Pará*, *Roteiro da viagem do Pará até as ultimas colônias do sertão da província*, e *O Império do Brasil na exposição universal de 1878, em Philadelphia*, eram também recomendadas para conhecimento dos membros da SAP (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

De acordo com os editores de *O Agrário*, José Soares, Gonçalves Tocantins, Corrêa de Freitas, Silva Rosado, Loyola Virgolino e Acatuassú Nunes, reafirmando o que foi destacado anteriormente, diziam que este periódico serviria como veículos de difusão de informações científicas aos agricultores da província (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01). Tratava-se de destacar o que os autores europeus escreveram sobre as atividades agrícolas e quais as propostas de técnicas inovadoras capazes de elevar a produtividade das unidades rurais; os programas de educação agrícola voltados para os futuros agricultores, fazendeiros e administradores rurais, e que se propunha a uniformizar o comportamento administrativo dos proprietários e de seus pressupostos; a melhoria e a diversificação da produção de gêneros de grande lavoura para exportação e aumento da produção de gêneros de primeiras necessidades; a visão sobre as potencialidades naturais do país e da região; a defesa do melhoramento técnico da agricultura de exportação; e a administração de trabalhadores escravos e assalariados. Estas questões estavam postas ou como reprodução direta dos jornais de onde foram publicadas originalmente, ou comentadas pelos editores, sendo que para esta última situação, era quase comum associar as condições das propriedades agrárias da província.

Considerando que *O Agrário* pode ser entendido como instrumento em que preconiza preceitos para as relações de trabalho nas áreas rurais, apresenta

proposições, demonstra posicionamentos dos proprietários, tanto do modo como administram suas terras como se portavam em seus ambientes de domínio e diante das ações políticas das autoridades e outros agentes sociais, assim como posiciona a agricultura diante da economia da região e do país, que sintetizamos os elementos que justificavam a atuação da SAP. Estamos dizendo que este periódico pode auxiliar no entendimento dos interesses que levaram a constituição da sociedade que este representava.

TRABALHO, IMIGRAÇÃO E EXTRATIVISMO, ENTRE OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Na edição de 1º outubro de 1885 reafirmava as vantagens de se instituir uma associação agrária no Pará. Como assinalamos, a atuação da sociedade era justificada por uma necessidade de animação da lavoura no Pará, se por um momento através de apoio financeiro, o que explica a defesa de um banco rural, também com o uso de novas técnicas possibilitadas pela aplicação da ciência no progresso da agricultura. Como diziam: “era através do conhecimento científico que o homem conquistaria a natureza e conseqüentemente com trabalho inteligente para fazer produzir a terra” (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

Duas questões pautavam, no entanto, a agenda da associação. Tratava-se da ideia de se desenvolver o que chamavam de “um trabalho mais produtivo” e a defesa do aumento da produção agrícola como necessário para tornar mais consistente à economia local. Nesta última situação se propunha a substituição da prática extrativa predominante no Pará, pela ampliação das áreas de cultivo. Sobre a proposta de um trabalho mais produtivo, esta se associava a valorização do conhecimento e da inteligência no processo de produção, o que implicava necessariamente na questão da mão de obra, ou seja, a substituição do escravo pelo imigrante europeu.

Na 5ª sessão do conselho dirigente, em 30 de agosto de 1885, era apresentada para a discussão a proposta de que a sociedade prestasse uma eficaz proteção aos colonos, que dos portos estrangeiros se dirigissem ao Pará. Neste aspecto, se reconhecia a vantagem resultante para a agricultura se a introdução de colonos livres tivesse direção e apoio dos proprietários rurais, os mais interessados com a imigração. Com isso, era sugerido que, além dos membros da sociedade, fizessem parte desta associação todos os que tivessem interesse na introdução de colonos. Seria estabelecido um fundo formado pelas ações dos sócios, a ser usado para se fazer frente as despesas dos colonos que fossem conduzidos a província. Tão logo chegassem ao Pará, os imigrantes seriam mantidos pela associação enquanto não fossem convenientemente distribuídos. Os lavradores ou fazendeiros que precisassem de colonos deveriam, então, entrar em contato com os diretores da associação e após o pagamento das despesas havidas até então, poderiam fazer

um contrato por escrito (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

Considerando que muitos eram os processos empregados para tornar o trabalho agrícola mais produtivo, e que cada um desses métodos com suas aplicações práticas empregavam um sistema herdado de outras gerações ou do contato com outras experiências de cultivo, inclusive de outros povos, que se justificava a necessária importação de braços. De acordo com os membros da SAP, a presença desses novos colonos convenceria os agricultores de que não era só preciso trabalhar, mas que fosse “louvável, trabalhar com ordem e método”, pois assim, “[duplicaria] ou [triplicaria] a força produtiva, de modo que o trabalho é todo aproveitável” (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

A crítica que se fazia era quanto à atuação da maior parte dos agricultores, não só do Pará mais de outras províncias, principalmente do Sul do país, que insistiam na crença de que nas suas propriedades deveriam produzir tudo que tivessem necessidade para custeio de sua casa e pessoal. De acordo com esse modo de pensar, esses proprietários enfraqueciam suas forças de produção, “espalhando-as para abranger uma grande soma de trabalho”. Plantavam arroz, o milho, e feijão; criavam animais como porcos, bois, faziam farinha e azeite; enfim procuravam suprir-se de tudo que tinham necessidade para manter seu estabelecimento. Acreditavam que assim procedendo e economizando, o pouco que produziam no ramo a que se dedicavam e que mandavam ao mercado, indo livre de despesas, seria lucro certo, com que contava no fim de cada ano (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

Esta atitude de parte dos agricultores do Pará seguia caminho oposto ao que se propagava como método mais econômico e racional. A proposta era que o agricultor se dedicasse a um ramo único da produção, onde nele aplicasse todas as suas forças e atividade, procurando produzir o máximo possível daquele produto. A compreensão era que ao distrair os braços que necessitava para o ramo da lavoura em plantações e misteres diversos, o agricultor não só “desfalcaria o pessoal em algumas atividades”, como ainda estes trabalhadores não conseguiriam “tomar a ligeireza e perfeição que a repetição constante do hábito de uma operação o fazia ganhar”. O agricultor concentrando suas forças em um ramo único de produção aplicava suas forças só para aquela atividade, melhorava os instrumentos, simplificava os trabalhos e acumulava experiências de cultivos anteriores. Assim habituaria os trabalhadores a um gênero de operação, sem contar que fomentaria o comércio, pois este agricultor necessitaria adquirir outros gêneros que não produziam, dinamizando a oferta e aquisição de produtos no mercado e aumentando as rendas públicas com os impostos sobre as transações comerciais, destacava o periódico da SAP (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

Com o título, *O trabalho mais produtivo*, publicado na edição de 13 de outubro de 1885 de *O Agrário*, os editores destacavam a importância da produção como meio

de proporcionar o progresso do país e a prosperidade humana. No entanto, advertia-se para a produção de bens úteis e que promovesse uma riqueza duradoura. Diziam que quanto maior fosse à produção desses bens úteis, mais fácil e suave a existência da grande massa da sociedade, que não possuía riquezas, que vivia do trabalho e que suportava o peso do dia, do calor e das intempéries. Ou seja, estabelecia-se a relação entre a produção material e o bem-estar da sociedade.

Repetindo antigos discursos, a agricultura aparecia como a primeira de todas as atividades úteis à vida humana, isto por que seria a responsável por alimentar e nutrir os homens e os animais domésticos que o serviam, que produzia as matérias primeiras necessárias para o comércio, e que fornecia trabalho a boa parte da população de todo o mundo. No caso do Pará, estas questões passaram a ser associadas ao que os editores chamavam de “a prodigiosa fertilidade do nosso abençoado território”, numa referência a defesa da agricultura, pois a região apresentava grandes extensões de terras próprias para o cultivo.

Outra questão dizia respeito à necessidade de não mais a economia da província depender da atividade extrativa. A discussão se voltada para a problemática sobre em que consistia a maior parte da riqueza do Pará. A criação da sociedade agrícola, para parte de seus idealizadores, se propunha a reverter o que se considerava como “aberração dos princípios econômicos”, isto por que a borracha “havia se constituído em produto cujo valor não estava na razão do trabalho, da cultura e da inteligência do operário”, pois era apontado como produto facilmente adquirido por quem se dedicasse a sua extração (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

A atividade extrativa era ainda acusada de ser responsável em desviar braços do trabalho agrícola. Diziam os agricultores que os colonos do Pará levados pela facilidade e pelo valor do gênero desprezavam todo o ramo de indústria. Esse desprezo seria tanto que no inverno, não podendo extrair a goma elástica, estes passavam boa parte do tempo em repouso consumindo o pouco ganho com a extração.

A necessidade de promover uma política de introdução de braços para o cultivo, a defesa da criação de instituições de crédito e importação de máquinas e implementos agrícolas parece, portanto, direcionar a associação paraense para assumir um papel de intervenção mais direta junto aos agricultores da província. Ao mesmo tempo, exigia um posicionamento quanto a outras práticas produtivas, o que poderia indispor os agricultores a outros segmentos da economia do Pará. Esta situação pode explicar a mudança no posicionamento da sociedade quanto à relação entre a agricultura e extração.

Nas edições de *O Agrário*, dos meses posteriores, novembro daquele ano, 1885, e dezembro do ano seguinte, embora se estabelecesse críticas à atividade extrativa, esta ficava circunscrita ao pouco período de prosperidade junto aos produtores, pois

se entendia que a procura do produto no mercado externo não seria duradora. Além do que, o extrativismo não possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas do homem, nem tão pouco promoveria a modernização de técnicas. Neste caso, se apontava a agricultura, como atividade milenar e responsável por dar a segurança econômica que a província necessitava, pois a compreensão era que os produtos agrícolas seriam constantemente valorizados no comércio internacional, permitindo ainda o constante processo evolutivo da lavoura e aperfeiçoando os produtos dela resultante.

Embora se estabelecesse uma crítica à atividade extrativa, se observa algumas ponderações, que apontava para uma manutenção da atividade extrativa sem o abandono da agricultura. O recuo do posicionamento da sociedade quanto à extração evidencia a força política que os seringalistas, proprietários de terras de seringais, exerciam, inclusive na própria associação, uma vez que parte dos associados eram agricultores, mas ligados aos negócios da borracha. Como exemplo, Hidelbrando de Miranda que embora não sendo seringalista, sua família estabelecia estreitos laços comerciais com Francisco da Silva Castro e Francisco Gaudêncio da Costa, identificados como negociantes que se colocavam como alguns dos maiores exportadores de goma elástica do Pará (BATISTA, 2014, p. 189).

Esta situação pode ter direcionado a atuação da SAP a restringir a sua atuação na defesa de princípios instituídos quando da sua fundação, não se contrapondo diretamente a atividade extrativa. Isto é observado nas sessões da entidade e nos conteúdos dos artigos publicados em seu periódico. Destaca-se agora, como finalidade da associação, auxiliar os agricultores, levando em consideração as suas necessidades, a migração, a aquisição de máquinas, modelos e inventos “que pudessem contribuir para o aumento e a prosperidade da indústria da província” (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002. Disponível: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285874/1/Andrade_AndreLuizAlipiode_M.pdf

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. In: *Anais do XIII Encontro de História da Associação Nacional de História-Rio: Identidades*, cidade de Seropédica, ano 2008, p. 01-08. Disponível: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. Belém: Editora Açaí, 2014.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. Belém, Editora Universitária, UFPA, 1996.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: *Espaços da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: Atos, sujeitos sociais controle entre 1840-1855*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002. Disponível em: http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=89

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MATOS, Ana Maria Cardoso de. Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial. In: *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, p. 397-412.

MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: FIEPA/SESI/SENAI/IDEPAR/IEL, 1989.

O AGRÁRIO. Orgão da Sociedade Paraense de Agricultura. 1885-1886. Hemeroteca Digital: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819395&pesq=>

PERUGINE, Edna. *A Palavra Indústria na Revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833 – 1843)*. São Paulo, 1978.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. *Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravos (1822-1888)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11062010-170750/es.php>

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas, 1400-1700*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877*. 1979. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

TOURINHO, Antonieta de Campos. *A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 1982.

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Idéias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, UERJ-IFCH, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_arquivos/17/TDE-2008-12-05T085429Z-392/Publico/Dissert%20Inoa.pdf

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325
Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323
Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280
Armada brasileira 127
Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184
Assistência materno-infantil 161

B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

C

Ciência agronômica 99
Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294
Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25
Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45
Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304
Conselho geral de província 60, 62, 63, 69
Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289
Cronistas brasileiros 195, 204
Cultura marítima 127

D

Debates ferroviários 114, 118
Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292
Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301
Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

E

Elites políticas 71, 185
Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288
Engenharia e Política 114
Escravidão indígena 1, 8
Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Estudos de gênero 59, 281

F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do Paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

I

Império do Brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

J

Jornal Correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321
Sexicomedias 281, 282
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**
Editora

2 0 2 0